

Conflitos Socioambientais na Baía de Todos os Santos: velhas práticas e novos debates envolvendo comunidades tradicionais

Thiago Leandro da Silva Dias

Graduando em Ciência Biológicas/UEFS^{1,2}

thiago_veg@yahoo.com.br

Elisa Maria Gonçalves Bento Silva

PPGM/UEFS^{1,3}

Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira

Professor Titular da UEFS^{1,4}

Introdução

Efetivamente, o crescimento econômico induz à ampliação dos impactos ambientais e dos conflitos ecológicos distributivos (DUPAS, 2008). No processo de sua reprodução, as sociedades se confrontam com diferentes projetos de uso e significação dos recursos ambientais, ou seja, o uso destes recursos é sujeito a conflitos entre distintos projetos, sentidos e fins. Diante da atual conjuntura envolvendo os representantes dos interesses econômicos e geopolíticos acerca do uso e regulação dos recursos naturais, encontra-se em pauta um processo de disputa pelo controle do acesso e uso destes recursos, a partir de distintos modos de inter-relacionamento ecológico (ACSELRAD, 2004; LITTLE, 2004).

Esse processo de embates é caracterizado, segundo Acselrad (2004), como Conflitos Ambientais que “são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território”. Little (2004) com uma análise dos conflitos pelo viés da Ecologia Política classifica-os enquanto socioambientais, pois “existe a necessidade de lidar simultaneamente com as dimensões social e biofísica e não simplesmente o ambiental ou o social por separada” (LITTLE, 2004).

Nesta abordagem, há necessidade de focalizar as atenções em torno dos atores sociais e suas respectivas reivindicações (CHAVES *et al.*, 2008). A identificação e

¹ Núcleo de Pesquisa em Ambiente, Sociedade e Sustentabilidade da Universidade Estadual de Feira de Santana (NUPAS/UEFS);

² Bolsista PIBIC/FAPESB;

³ Programa de Pós-graduação em Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente (PPGM/UEFS);

⁴ Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Ambiente, Sociedade e Sustentabilidade.
fpbandeira@gmail.com

análise dos principais atores sociais envolvidos é um elemento fundamental para o estudo de conflitos socioambientais, pois como afirma Little (2004), “tenta explicitar os interesses específicos no conflito, seguido por um levantamento das interações”.

Comunidades tradicionais são atores sociais capazes de gerar e transmitir conhecimentos e de criar, inovar e experimentar durante o processo de obtenção de bens e serviços da natureza (TOLEDO, 1992), contribuindo para o uso e manejo sustentado dos recursos naturais. No entanto, no processo de industrialização e modernização promovido pelo capitalismo as comunidades tradicionais passam por uma série de desdobramentos conflituos que acabam por comprometer sua existência e reprodução sociocultural (DIEGUES, 2001). Em consequência, a civilização industrial está pondo em risco a permanência dessas experiências acumuladas em forma de sabedorias locais ou tradicionais bem como os principais componentes do complexo biocultural da espécie humana, ao destruir a diversidade biológica silvestre, a variedade genética das espécies domesticadas de plantas e animais e a natureza como um todo (TOLEDO & BARRETA-BASSOLS, 2008).

A Baía de Todos os Santos (BTS), área de estudo objeto desse trabalho, apresenta alta diversidade biológica associada aos remanescentes de Mata Atlântica, manguezais, restingas e áreas úmidas que são base da subsistência de centenas de comunidades ribeirinhas (BANDEIRA & BRITO, 2010). O entorno da Baía vem tendo os seus recursos naturais degradados a partir de atividades industriais (AGUIAR, 1991), das quais transformações ambientais surgiram comprometendo as populações que dependem diretamente dos recursos naturais, configurando realidades de conflitos socioambientais.

É nesse contexto que é colocado como demanda tanto para pesquisadores como formuladores de políticas, o desafio de encontrar os instrumentos de análise apropriados ao entendimento desta rede intrincada de processos socioecológicos e políticos (ACSELRAD, 2004), e nesse sentido, o presente estudo objetiva revisar e analisar criticamente trabalhos que direta ou indiretamente abordem conflitos socioambientais envolvendo comunidades tradicionais na BTS bem como caracterizar estes conflitos.

Metodologia

Como abordagem metodológica foi realizada pesquisa bibliográfica e análise documental nas seguintes categorias: dissertações de pós-graduação, artigos científicos, reportagens, cartilha didático-política e *sites*. A caracterização dos conflitos

Atividade Originária do conflito	Indústria / mineração Chumbo	Empreendimento turístico imobiliário	Atividade industrial petrolífera	Empresas Carcinicadoras	Indústria e Construção Naval	Demarcação de terra
Territórios	-Santo Amaro da Purificação -Quadrante Nordeste da BTS	-Ilha de Cajaíba (São Francisco do Conde)	-Ilha de Maré -Madre de Deus -Quadrante Nordeste da BTS	-Salinas da Margarida - Santo Amaro da Purificação	-Baía do Iguape	-São Francisco do Paraguaçu (Cachoeira) -Ilha de Maré -Ilha de Cajaíba
Atores Sociais	Empresas, Estado e População local	Empresas, Estado, Pescadores artesanais, Marisqueiras e Comunidade remanescente de quilombo	Empresas, Pescadores artesanais e Comunidade remanescente de quilombo	Empresas, Autoridades policiais locais e População local	Empresas, Estado, Pescadores artesanais, Marisqueiras e Comunidade remanescente de quilombo	Empresas, Estado, Fazendeiros e Comunidades remanescentes de quilombo

Tabela 1: Sistematização dos conflitos socioambientais conforme atividade originária.

Indústria e mineração de Chumbo

Segundo informações do Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil e Saraiva (2008), caracterizou-se o conflito socioambiental entre Indústria de Chumbo (COBRAC) e populações tradicionais, locais, quilombolas e agricultores familiares. Definido segundo Saraiva (2008) como uma “situação de alto risco socioambiental”, a realidade em Santo Amaro é afetada e identificada pela contaminação de metais pesados desde 1975, que se estende para o estuário do Subaé e norte da BTS. Diversos impactos negativos foram gerados, tanto de ordem da saúde pública, da segurança e bem estar da população, como das atividades econômicas e sociais, da destruição da biota e da qualidade dos recursos ambientais (SARAIVA, 2008), afetando diretamente a vida e saúde das populações ali presentes e suas condições tradicionais de plantio e subsistência física, econômica, social e cultural. Embora diversos estudos tenham sido realizados na área, ainda não houve benefícios reais para população atingida nem por parte da empresa responsável nem do Estado.

Empreendimento turístico imobiliário

Um Eco resort de iniciativa privada do grupo Property Logic está previsto para ser instalado na Ilha de Cajaíba (São Francisco do Conde), local de uso por comunidades quilombolas, pescadores e marisqueiras que extraem frutas e produtos florestais. Além de 60% da área ser ocupada por ecossistema de manguezal, berçário marinho e ambiente de reprodução das populações, tramita no INCRA um processo de titulação da área como parte do território tradicional da Comunidade Remanescente de Quilombo de Acupe, caracterizando assim “uma realidade de conflito socioambiental”, como constata Dias *et al.* (2010). A instalação do empreendimento irá trazer inúmeros prejuízos sociais, econômicos e ambientais para as comunidades: aumento da criminalidade e tráfico de drogas, prostituição, exclusão de áreas de pesca e poluição do estuário (Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 2011). O esforço de quilombolas e pescadores em denunciar os impactos deste empreendimento não impediu que o licenciamento do resort seguisse os trâmites legais, e de forma autoritária sem ouvir as reivindicações das comunidades.

Atividade industrial petrolífera

Os grupos sociais que vivem parcial ou totalmente da atividade pesqueira foram por várias vezes prejudicados por vazamentos e derramamentos de petróleo na BTS (VEIGA & PROST, 2009) e pela atividade industrial petrolífera no seu conjunto, compondo um quadro de conflito socioambiental em Madre de Deus, Ilha de Maré, Ilha dos Frades e porções de outros municípios, conforme análise em Miranda *et al.* (2010); Saraiva (2008); Veiga & Prost (2009); Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2011). A atividade petroleira nestas regiões se configura como conflito desde a sua implantação, reduzindo a área de pesca, causando desmatamento, aterrando manguezais e limitando o acesso a recursos naturais. Mas os desdobramentos desta atividade no decorrer de seu funcionamento e transporte ainda traçam condições ainda mais perigosas como o vazamento de óleo, efluentes químicos e liberação de água de lastro ameaçando a biodiversidade marinha e a vida das populações tradicionais que dependem diretamente dos recursos do mar. Como aponta Saraiva (2008), “as comunidades e populações do entorno da BTS encontram-se bastante vulneráveis e

ameaçadas”, sofrendo diversos impactos e sem o amparo digno dos Poderes Públicos com restrito, ou nenhum, acesso a indenizações.

Empresas Carcinicadoras

Conflitos socioambientais envolvendo empresas da carcinicultura e populações tradicionais locais estão presentes em Salinas da Margarida e Santo Amaro da Purificação, segundo o Mapa da Injustiça Ambiental (2011); Manguemar Bahia (2007) e Copque (2010). Além de graves danos ambientais (diminuição do estoque pesqueiro; desequilíbrio do ecossistema) e situação de desemprego e vulnerabilidade social para as populações extrativistas, as fazendas de camarão privatizam terras da União, impedindo o acesso de pescadores, agricultores e marisqueiras. A carcinicultura atinge diretamente os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais das populações tradicionais, através de agressões, ameaças, crimes ambientais e assassinatos de pescadores artesanais, como o ocorrido em 2005 em Salinas da Margarida (Manguemar Bahia, 2007). Nesse contexto de ameaças, a população local permanece excluída enquanto as empresas descumprem a legislação ambiental, gerando grandes lucros para uma pequena minoria e exorbitantes danos a um grande número de pessoas, configurando uma realidade conflitiva.

Indústria e construção naval

Proposto pelo governo estadual nos limites de uma Reserva Extrativista (RESEX), e concebido licença para implantação após redefinição tendenciosa das poligonais da RESEX, o Pólo Naval na Baía do Iguape, ou Estaleiro Enseada do Paraguaçu – denominado atualmente, configura um empreendimento da lógica desenvolvimentista e anuncia potenciais efeitos negativos sobre os recursos naturais e comunidade locais, configurando um conflito socioambiental (DIAS *et al.*, 2010; PROST, 2009). Aliado a grandes empreiteiras (OAS, Odebrecht e UTC), o Pólo Naval reflete a lógica do capital inserida no Estado e será construído sem os devidos estudos (PROST, 2009). Foi nesse sentido que com a aprovação da Emenda nº 7 da MP 462, houve uma alteração nas poligonais da RESEX da Baía de Iguape, abrindo precedentes para qualquer modificação das Unidades de Conservação no Brasil (Cartilha da Articulação em Políticas Públicas e Assembléia Popular, 2011). Segundo Prost (2009),

“essa situação em curso nos remete a deduzir na desterritorialização das populações locais”, entre elas, quilombolas, marisqueiras e pescadores artesanais, “uma vez que elas perdem controle sobre o seu espaço tradicional de apropriação material e simbólica”, como apontam estudos de Dias *et al.* (2010) cujas populações locais relataram que o Pólo “interferiria diretamente nas práticas tradicionais de pesca e sua estreita relação com o ambiente natural”.

Uso territorial e comunidades quilombolas (demarcação de terra)

Na Ilha de Maré, em São Francisco do Paraguaçu e nas proximidades da Ilha de Cajaíba existem comunidades remanescentes de quilombos que historicamente reproduzem material e simbolicamente sua cultura a partir de práticas tradicionais de subsistência. No entanto, com o processo de reconhecimento, delimitação e demarcação territorial destas comunidades, uma série de entraves e conflitos se originaram. Desde que a comunidade de São Francisco do Paraguaçu foi certificada como comunidade Remanescente de Quilombo as ações dos fazendeiros tem sido cada vez mais intensas e violentas com o objetivo de expulsar a comunidade do território (Associação dos Remanescentes do Quilombo São Francisco do Paraguaçu – Boqueirão, 2006). Na Ilha de Cajaíba, em meio ao processo de titulação de terra da Ilha como parte do território tradicional da Comunidade Remanescente de Quilombo de Acupe, foi concedido um licenciamento ambiental para construção de um resort privado. Na Ilha de Maré, as comunidades quilombolas foram oficialmente reconhecidas, mas atividades portuárias e industriais ameaçam seus territórios (Mapa da injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 2011). O embate entre Estado, interesses privados e comunidades quilombolas configuram uma situação de conflito socioambiental na BTS.

Considerações finais

A BTS por possuir uma vasta área costeira onde se intercalam diversos ecossistemas naturais potencializa a ocupação e uso do seu território, no entanto as ocupações históricas e sócio-culturais manifestam direitos das comunidades tradicionais locais que passaram a desenvolver uma territorialidade específica. Porém, na conjuntura de conflitos socioambientais na BTS envolvendo estas comunidades pouco se tem a ressaltar sobre os avanços dos seus direitos e reivindicações no processo conflitivo,

demonstrando sua exclusão num processo de desenvolvimento das forças produtivas do capital.

Um fato que deve ser ressaltado nesse contexto é a criação em 1999 da Área de Proteção Ambiental da Baía de Todos os Santos (APA-BTS), através do Decreto de nº 7.595, abrangendo 800 km² e envolvendo as águas e o conjunto de ilhas inseridas na poligonal formada pela linha da costa que delimita a baía e no estuário do Rio Paraguaçu. Tal APA tem como objetivo preservar os remanescentes da floresta ombrófila; os manguezais, assegurando a diversidade genética da fauna nativa e seus processos evolutivos naturais; disciplinar o uso e ocupação do solo; combater a pesca predatória pelo incentivo ao uso de técnicas adequadas à atividade pesqueira (DECRETO 7.595, 1999); no entanto, passaram-se doze anos e nem ao menos o plano de manejo – previsto no decreto, foi elaborado até o momento.

O Estado, na maioria dos casos analisados, além da inoperância referente à efetivação de políticas de Unidades de Conservação na BTS (fatos como a ausência do Plano de Manejo da APA-BTS, a mudança nas poligonais da RESEX e os licenciamentos ambientais sem os devidos estudos), quando não se encontra a favor dos interesses empresariais, industriais e privados (na Ilha de Cajaíba, no cenário do Pólo Naval, nos desastres petroquímicos, entre outros), permanece omissa, até ser exaustivamente pressionado, como nos casos da luta quilombola e na realidade carcinicultora. Dupas (2008) afirma que “a oposição às grandes empresas frequentemente é vista como oposição aos Estados, e acaba sendo vencida pela ação dos governos, com a utilização de força política, teses desenvolvimentistas e forte apoio das grandes empreiteiras”, configurando uma posição subserviente do Estado aos interesses privados empresariais e multinacionais, ou seja, uma lógica neoliberal de gestão.

Diante desta realidade surge a necessidade de, como salienta Acsegrad (2004): “encontrar os instrumentos de análise apropriados ao entendimento desta rede intrincada de processos sócio-ecológicos e políticos”. Porém, são poucos os trabalhos científicos com a temática de *conflito socioambiental* na BTS, embora muitos tragam diluídos aspectos e abordagens conflitivas; no entanto o caráter de denúncia e uma abordagem e inferência políticas para além de uma caracterização científica se faz necessário diante das realidades expostas em que populações tradicionais se encontram vulneráveis a um processo de desterritorialização econômica, política e cultural (PROST, 2009; HAESBAERT, 2004). Realizar estudos nesta abordagem é manter um diálogo profundo entre as ciências sociais e as ciências naturais, que focaliza o relacionamento dinâmico e

interdependente entre o mundo biofísico e o mundo social (LITTLE,2006), levantando debates ecológicos e políticos correlacionados, interdependentes e dialéticos.

Perigos reais e riscos potenciais devem ser gerenciados, o que obriga a métodos participativos de resolução de conflitos e técnicas de “democracia deliberativa”, noções muito caras (DUPAS, 2008, p.54) aos interesses da lógica do capital. Sendo assim, urge desenvolver propostas de tomadas de decisão democráticas e elementos de metodologia que contribuam para alterar a correlação de forças no debate sobre impactos socioambientais, fazendo valer a perspectiva diferenciada dos grupos sociais “atingidos” e/ou correntemente menos capazes de se fazer ouvir na esfera decisória (LEROY e ACSELRAD, 2009).

São com estas perspectivas que os velhos contextos e realidade das populações tradicionais da BTS devem ser analisados de forma propositiva sob novas abordagens teórico-prático-metodológicas, numa busca pela identificação dos direitos em conflito que “cumpra a função de ampliar o debate político para incluir direitos culturais ou sociais ignorados pelo Estado ou por atores hegemônicos” (LITTLE, 2006).

Referência Bibliográficas

ACSELRAD, H. Conflitos Ambientais – a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. Apresentação, p. 7-11.

_____, H. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. Capítulo 1, p. 13-35.

AGUIAR, M. C. P. **Degradação Ambiental da Baía de Todos os Santos**. Bahia Análise e Dados, Salvador, v. 1, n. 1, jun. 1991, p. 55-57.

ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU – Boqueirão. Documento denúncia. Disponível em: <http://www.irohin.org.br/onl/new.php?sec=news&id=136>. Acesso em: 27 out. 2010.

BANDEIRA, F. P. & BRITO R. C. de. Comunidades pesqueiras na Baía de Todos-os-Santos: aspectos históricos e etnoecológicos. In: **Baía de Todos os Santos: aspectos humanos**. Caroso, C., Tavares, F. & Pereira, C. (orgs.) FAPESB/IMA, Salvador, 2010. *no prelo*.

DIAS, T. L. da S.; CODES, D. H. C. de; BANDEIRA, F. P. S. de F. **Comparação de Conflitos Sócio-ambientais em dois municípios da Baía de Todos os Santos, Bahia – um estudo preliminar de percepção.** II CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ETNOBIOLOGIA, VIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ETNOBIOLOGIA E ETNOECOLOGIA. Recife, novembro de 2010.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p.

CHAVES, M. P. S.; BARROS, J. F.; FABRÉ, N. N. **Conflitos Socioambientais e Identidades Políticas na Amazônia.** Revista de ciência política. Número 37. ISSN 1677-8855, 2008. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/37/maria_37.pdf. Acesso em 31 out. 2010.

CARTILHA DA ARTICULAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E

ASSEMBLÉIA POPULAR. Projeto Popular para o Brasil modelo de desenvolvimento em disputa. Disponível em: Disponível em:

<http://www.politicaspUBLICASbahia.org.br/spip.php?article588>. Acesso em 05 mai. 2011.

COPQUE, A. C. S. M. **Análise dos Conflitos Ambientais e Uso do Território na costa leste do município de Salinas da Margarida/BA.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Escola Politécnica, Salvador, 2010.

Ibama concede licença para estaleiro de R\$2 bi na Bahia. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=5642429>. Acesso em: 31 out. 2010.

DECRETO Nº 7.595 DE 05 DE JUNHO DE 1999. Disponível em: <http://www.semharh.ba.gov.br/DecretosUnidadesdeConservacao/Dec7595.pdf>. Acesso em: 31 out. 2010.

DUPAS, G. **O impasse ambiental e a lógica do capital.** In: Dupas, G. (org) Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais. IEEI/Edit.Unesp. 2008.

HAESBAERT, R. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade.** Porto Alegre: 2004. Disponível em: <http://w3.msh.univ-tlse2.fr/cdp/documents/CONFERENCE%20Rogerio%20HAESBAERT.pdf> . Acesso em: 31 out. 2010.

HATJE, V. ANDRADE, J (org). **Baía de Todos os Santos: aspectos oceanográficos.** Salvador: EDUFBA, 2009. 306 p.

LEORY, J. P.; ACSELRAD, H. (cord.). **Por avaliações sócio-ambientais rigorosas e responsáveis dos empreendimentos que impactam o território e as populações.** In:

Painel de Especialistas - Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, 2009.

LITTLE, P. E. **A Etnografia dos Conflitos Sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas.** In: II Encontro da ANPPAS, Indaiatuba. 2004. 9p.

_____, P. E. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006

MANGUEMAR BAHIA. **Mapeamento dos Conflitos Sócio-Ambientais relativos à carcinicultura no estado da Bahia.** Rede Manguemar Bahia, 2007. 8p.

MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAÚDE NO BRASIL. Disponível em: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 07 jan. 2011.

MIRANDA, A. A. C.; SOUZA, M. J.; PIMENTEL, S. G. C.; BANDEIRA, F. P. S. F. **Dos Conflitos Socioambientais: estudo de caso na Ilha dos Frades com Ecologia Política.** In: ANAIS DO XIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010.

PROST, C. **Resex marinha versus pólo naval na Baía do Iguape.** In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2009, Niteroi. In: ANAIS DO V SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. v. 1. p. 1-17.

SARAIVA, J. A. P. **Baía de Todos os Santos: vulnerabilidades e ameaças.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Escola Politécnica, Salvador, 2008.

TOLEDO, V. M. **What is Ethnoecology? origins, scope and implications of a rising discipline.** Etnoecológica, volume 1, numero1, 1992.

_____, V.M. y N. Barrera-Bassols. **La Memoria Biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales.** Icaria Editorial, Barcelona. 230 pp. 2008.

VEIGA, M. B. ; PROST, C. . **A pesca artesanal e os riscos derivados por transporte de óleo no município de Madre de Deus – BA.** In: 12º ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2009, 12º Encuentro de geógrafos de América latina. Montevideo : Easy Planners, v. 1. p. 1-15.